

O IMPACTO GLOBAL DA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DA CHINA NO SETOR DE ALIMENTOS

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.16514>

Submetido em: 4/10/2024

Aceito em: 6/3/2025

Publicado em: 20/3/2025

Argemiro Luís Brum¹
Gustavo Alejandro Cardozo²

RESUMO

Em meio à atual desordem internacional a nova Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) da China tem chamado a atenção como uma estratégia global que reflete seu crescente poder político-econômico. Este ensaio adota uma abordagem baseada no “regime alimentar” para analisar esses desenvolvimentos. Exploram-se duas dimensões relacionadas: a primeira concentra-se em como a China está abordando as futuras necessidades de segurança alimentar, tanto interna quanto internacionalmente; e a segunda situa a recente política de “sair para fora” da China no contexto da transição do regime alimentar global.

Palavras-chave: China; BRI; regime alimentar; segurança alimentar.

THE GLOBAL IMPACT OF CHINA'S INTERNATIONAL STRATEGY IN THE FOOD SECTOR

ABSTRACT

Amid the current international disorder, China's new Belt and Road Initiative (BRI) has garnered attention as a global strategy reflecting its growing political and economic power. This essay adopts a “food regime” approach to analyze these developments. It explores two related dimensions: the first focuses on how China is addressing future food security needs, both domestically and internationally; and the second situates China's recent “going out” policy in the context of global food regime transitioning.

Keywords: China; BRI; food regime; food security.

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional – PPGDR. Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8763-9514>

² Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional – PPGDR. Ijuí/RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8943-0204>

INTRODUÇÃO

A nova iniciativa Belt and Road (BRI) da China está chamando a atenção neste momento de substancial desordem internacional, revelando-se uma estratégia global que reflete o crescente poder político-econômico chinês. Este ensaio adota uma perspectiva de “regime alimentar” para analisar esses desenvolvimentos. Ele explora dois aspectos principais: primeiro, como a China está utilizando infraestruturas relacionadas à BRI e cadeias de abastecimento agroalimentares para complementar sua produção doméstica de alimentos; e segundo, em que medida a política e prática “going out” da China reflete uma reconfiguração do regime alimentar.

A consolidação do poder de monopólio agroalimentar corporativo em escala global, com participação chinesa ativa, é uma tendência significativa. O engajamento da China com o regime alimentar global apresenta tanto uma paralela quanto um desafio a esse poder, empregando formas de neo-mercantilismo junto com princípios de mercado neoliberal. Essa juxtaposição forma um tema central nas transformações político-econômicas globais em curso. A China não está apenas estabelecendo uma rede alternativa de relações diplomáticas, institucionais, econômicas e tecnológicas em comparação com as potências ocidentais históricas, mas também testemunhando um nexus reconfigurado na produção e distribuição de alimentos corporativos, influenciado por seu conceito redefinido de “parceria público-privada”, impactando, assim, significativamente, o regime alimentar.

Simultaneamente, o mundo está testemunhando uma maior consciência ecológica, impulsionada por crises climáticas que levam a desastres naturais, extinção de espécies, violações de limites ecológicos e degradação de ecossistemas. Esses desafios são exacerbados pela exploração de recursos, desmatamento e conversão de terras aráveis em agricultura intensiva em produtos químicos. O movimento camponês internacional, La Via Campesina (LVC), destacou essas preocupações em 1996 durante a Cúpula Mundial da Alimentação, defendendo a “soberania alimentar” e desafiando a ideia de que a liberalização do comércio agrícola resolveria os problemas globais de fome ao promover agroindústrias transnacionais.

A urgência de uma transformação radical no sistema alimentar global foi enfatizada por diversos relatórios e avaliações, como a Avaliação do Milênio da Organização das Nações Unidas – ONU (2005), o Relatório do IAASTD (2008), e a Comissão EAT-Lancet sobre Dietas Saudáveis a partir de Sistemas Alimentares Sustentáveis (2019). Essas avaliações destacaram que a produção alimentar global não apenas ameaça a estabilidade climática e a resiliência dos ecossistemas, mas também é o principal impulsionador da degradação ambiental e da ultrapassagem de limites planetários. Isso levou a declarações de um “sistema alimentar global quebrado” por órgãos como a Parceria Interacadêmica, e tem despertado a atenção para sistemas agrícolas agroecológicos voltados para a restauração de ciclos naturais e biodiversidade.

O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS), representando diversas organizações da sociedade civil, está formulando ativamente políticas focadas em promover a agroecologia e apoiar a agricultura em pequena escala e camponesa. A questão permanece se a República Popular da China (RPC), com seu foco na coexistência harmônica entre humanidade e natureza e um setor camponês significativo, priorizará sistemas agrícolas baseados na ecologia tanto em âmbito doméstico quanto internacional, em meio à sua estratégia atual de “modernização agrícola”.

Internamente, iniciativas como o programa “Grain for Green”, lançado em 1999, investiram pesadamente na restauração de paisagens florestais e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis entre os lares rurais. Externamente, iniciativas, como os planos de investimento da Corporação Chinatex e da Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentos da China (COFCO) para restaurar terras brasileiras degradadas para a produção de soja, demonstram uma mudança potencial para práticas mais sustentáveis, visando à redução da destruição ambiental adicional, como o desmatamento na Amazônia.

Este ensaio examina criticamente essas dinâmicas em evolução, destacando engajamentos específicos que são tanto participativos quanto transformadores, enquanto a China navega seu papel na ordem alimentar global, abordando preocupações imediatas e futuras de segurança alimentar. Um momento crucial nessa trajetória pode ter sido em 2008, quando a globalização da China mudou de um foco predominantemente comercial para uma integração financeira mais profunda, moldando sua postura atual sobre políticas agrícolas e ambientais.

A transformação é evidente – à medida que a concentração corporativa no sistema alimentar global atingiu o auge em 2015, centralizando o poder de mercado em cada segmento da cadeia alimentar industrial (ETC Group, 2018, p. 4), embora isso não seja novidade: “as preocupações da cadeia alimentar costumavam ser a Monsanto de um lado e o Walmart do outro” (ETC Group, 2018, p. 5). Durante essas várias fusões de empresas agroindustriais houve investimentos especulativos por parte de gestores de ativos, incluindo BlackRock, Carlyle Group e outras empresas de gestão de ativos.

O surgimento dessas novas relações no regime alimentar corresponde à reestruturação do comércio por meio de relações financeiras. Isso ressalta a capacidade particular da China de “Se Expandir” e, de fato, desafiar o capitalismo ocidental em seus próprios termos. O mundo está enfrentando algum tipo de ponto de inflexão, com legados anteriores do regime alimentar tornando-se cada vez mais disfuncionais. Tanto o modelo agroexportador colonizador quanto o “projeto de desenvolvimento” da industrialização no meio do século 20, com “suprimentos ilimitados de mão de obra [rural]” e “tecnificação da revolução verde de longo prazo”, alcançaram seus limites sociais e ecológicos. Isso abre a possibilidade de uma trajetória diferente, restaurando a agricultura ecológica em menor escala e intensiva em mão de obra, como um mecanismo de sobrevivência – para Estados, populações rurais (subvencionadas) e a saúde humana e planetária.

TRANSFORMAÇÕES NO REGIME ALIMENTAR

O conceito de “regime alimentar” interpreta a modernidade capitalista como constituída por conjunturas geopolíticas específicas que estruturam o fornecimento de alimentos na economia global. Cada uma dessas conjunturas é historicamente particular e, em conjunto, constituem uma ordem alimentar global em constante evolução por meio da reconfiguração do sistema estatal ao longo dos últimos séculos. De acordo com a trilogia estrutural-social de Raymond Williams (1977), cada regime alimentar é configurado ao longo do tempo, destacando relações residuais, dominantes e emergentes, as quais constroem a dinâmica sincrônica de uma “conjuntura” do regime alimentar. Essas relações incluem a continuidade de práticas e instituições do regime anterior, sua reconfiguração em práticas dominantes e o surgimento de novas práticas e geografias, que se apresentam como antecedentes para um regime sucessor (McMichael, 2015).

Atualmente, o chamado “regime alimentar corporativo” está em transição, e a questão central deste trabalho é se esse processo dará origem à criação de um novo regime alimentar. O envolvimento atual da China consolida e remodela o sistema comercial liberal estabelecido pelos mandatos de Ajuste Estrutural e pela Organização Mundial do Comércio (OMC) nas décadas de 1980 e 1990. É necessário, no entanto, fortalecer a justificativa teórica sobre o papel da China nesse processo, uma vez que a crítica internacional à falta de políticas sustentáveis e ao impacto ambiental gerado pelo país não foi suficientemente abordada neste artigo. Nesse sentido, é necessário fornecer uma base teórica robusta que explique o impacto da política ambiental da China dentro do contexto global do regime alimentar.

As diversas fases de fornecimento de alimentos têm encarnado princípios organizacionais hegemônicos no mercado global, impulsionados por Estados poderosos e, posteriormente, por um complexo institucional estatal-sistêmico. Esse processo foi deslocado desde as hegemonias britânica e americana, que dominaram os mercados de 1870 à década de 1970 (Friedmann; McMichael, 1989), até a liberalização na década de 1990, quando a OMC promoveu um mercado global que favoreceu os comerciantes e investidores transnacionais. Apesar dessa liberalização, é crucial destacar que a “regra do mercado”, mencionada no artigo, não exclui os Estados, mas implica internalização das demandas do mercado global nas administrações estatais. Essa observação destaca a necessidade de oferecer uma análise mais detalhada sobre como as políticas estatais, especialmente as da China, respondem a essas pressões do mercado, incluindo as alianças entre classes e Estados que surgem em torno da exploração de recursos e do acesso a mercados internacionais.

Quanto à comparação entre Brasil e China, o artigo apresenta uma limitação quanto à justificativa metodológica da escolha desses dois países. Apesar da relevância dessa comparação, não são apresentados argumentos suficientes sobre por que esses dois atores são adequados para exemplificar as dinâmicas atuais do regime alimentar. A falta de clareza nesse ponto enfraquece a comparação entre os dois países. Esse aspecto deve ser revisado para garantir que sejam apresentados fundamentos mais sólidos que justifiquem essa comparação, bem como uma discussão mais aprofundada sobre os elementos que tornam relevante a escolha de Brasil e China como exemplos-chave.

Em termos de multipolaridade do regime alimentar, as transformações atuais na economia global refletem uma tendência para uma maior pluralidade de atores que configuram o sistema alimentar mundial. Diferentemente das hegemonias históricas do Reino Unido e dos Estados Unidos, agora assistimos ao surgimento de novas potências agroexportadoras, como a União Europeia (na década de 1970), Brasil, Argentina, Rússia e Ucrânia, que reduziram significativamente a dominância dos Estados Unidos no comércio mundial de alimentos. Essa transição para um sistema multipolar, no entanto, precisa ser contextualizada dentro da liberalização promovida pela OMC, que fortaleceu as exportações agropecuárias e facilitou a criação de cadeias de fornecimento globais. Uma análise mais profunda sobre como a OMC influenciou as políticas comerciais e a soberania alimentar dos Estados emergentes do Sul Global poderia enriquecer esta escrita.

O aumento do consumo na China, especialmente o consumo de carne, consolidou a Ásia Oriental como um ator-chave na importação de alimentos desde a Segunda Guerra Mundial (Schneider, 2014a; Weis, 2010). O artigo menciona o papel emergente da China no regime alimentar global, mas é necessário fornecer uma análise mais detalhada sobre como

sua crescente demanda por alimentos está configurando novas relações dentro do sistema alimentar global. Além disso, a rápida industrialização da China levou o país a buscar novas fontes de recursos alimentares e de segurança alimentar em âmbito global. Essa tendência deve ser explicada com mais profundidade, pois está criando novas dinâmicas nos mercados alimentares internacionais.

O regime alimentar global está passando por transformações significativas, impulsionadas pela reconfiguração das relações geopolíticas e econômicas na esfera mundial. A China, em particular, está desempenhando um papel crucial na reconfiguração do regime alimentar, e seu envolvimento requer uma análise mais detalhada e uma fundamentação teórica mais sólida. A crítica à falta de uma justificativa teórica clara sobre a política ambiental da China, a necessidade de melhorar a comparação entre Brasil e China e a falta de um enfoque metodológico na comparação entre os dois países, são elementos-chave que precisam ser revisados no texto para fortalecer sua proposta de pesquisa.

RECONFIGURAÇÃO DO REGIME ALIMENTAR POR MEIO DA MULTIPOLARIDADE

Desde o início do século 21 ficou evidente que o regime alimentar global passou a adotar características multipolares. Essa mudança já havia sido antecipada na década de 1980, quando os mandatos de Ajuste Estrutural incentivaram a exportação agrícola dos países do Sul endividados. Foi nesse período que os chamados Novos Países Agroindustriais (NACs) começaram a afirmar-se na economia global (Friedmann, 1991). Por exemplo, a Tailândia, que tradicionalmente ocupava um papel como exportadora de arroz, açúcar, abacaxi e borracha, diversificou suas exportações para incluir uma variedade de produtos não tradicionais, como mandioca (para ração animal), atum enlatado, camarões, carnes processadas, aves, frutas frescas e processadas. Esse movimento antecipou a subsequente “revolução no varejo”, à medida que grandes redes de supermercados, como Carrefour, Walmart, Tesco e Ahold, globalizaram suas cadeias de suprimento agroalimentares.

Outros países, como Brasil, México, Argentina, Chile, África do Sul e Quênia, seguiram o modelo dos NACs, adotando políticas neoliberais promovidas pela OMC, que incentivaram investimentos agroindustriais com foco na busca de mercados regionais e globais para as *commodities* agrícolas. Além disso, novas potências agroexportadoras, como Índia, China e Brasil, desempenharam um papel significativo no bloqueio da Rodada Doha da OMC até 2008, fortalecendo a formação de um sistema alimentar multipolar. Como argumenta Hopewell (2016), essas potências emergentes desafiaram a hegemonia dos EUA mais do que o paradigma neoliberal da OMC.

Embora defendessem mais liberalização no Norte, cada um desses países procurava garantir algum grau de proteção para seus sistemas agrícolas internos, voltados para os camponeses, por razões políticas internas. Hopewell (2016) observa que as “tensões internas são exatamente o motivo pelo qual nenhum estado está avançando com uma agenda neoliberal pura na OMC, sendo suas posições de negociação reflexo de impulsos contraditórios entre liberalização e proteção” (p. 180).

Um exemplo pertinente disso é a Lei de Segurança Alimentar Nacional da Índia (2013), que consolidou um amplo sistema de provisão alimentar por meio do Sistema de Distribuição Pública. Essa medida foi defendida durante a Reunião Ministerial da OMC em Bali no ano seguinte, com base em políticas de proteção doméstica baseadas em direitos (Pritchard; Singh; Yeung, 2016). Tal iniciativa reforça a integração da Índia ao regime alimentar global, ao mesmo tempo em que sustenta um modelo de agricultura de exportação em grande escala e a predominância do varejo alimentar corporativo no país. Embora a Índia favoreça as grandes redes varejistas, o país é também um dos maiores exportadores de carne bovina, fornecendo o produto para mercados como o Sudeste Asiático, a Austrália e o Oriente Médio, além de ter dobrado suas produções de milho e soja entre 2000 e 2015, mesmo enfrentando sérios desafios, como insegurança alimentar e escassez de água (Winders, 2017, p. 101-104).

Nesse contexto, a recente entrada do Walmart no mercado varejista indiano confirma a observação de Hopewell (2016), de que “a formação da OMC não representou a realização do projeto neoliberal no comércio, mas apenas o seu início. O sistema de comércio multilateral visa funcionar por meio de rodadas sucessivas de negociações para liberalizar progressivamente o comércio” (p. 186). Embora a Rodada Doha tenha interrompido a liberalização do comércio, a resistência de estados agroexportadores, como a Índia, fortaleceu a proliferação de acordos bilaterais e regionais de livre-comércio, substituindo as forças centrípetas da hegemonia por uma dinâmica multipolar, como descrito por Hopewell (2016, p. 203).

A multipolaridade, ao desafiar o poder ocidental no regime alimentar, acaba por fortalecer o princípio neoliberal ao privilegiar o poder corporativo, a capacidade das grandes corporações de moldar as regras do comércio global de alimentos e a forma como essas corporações operam no espaço intermediário entre produtores e consumidores (Clapp, 2016, p. 121). O regime alimentar, portanto, não é uma estrutura fixa, mas uma configuração dinâmica que se forma por meio das interações entre suas relações emergentes e residuais. Nesse sentido, as dimensões mercantilistas residuais impulsionaram o desafio do G20 durante a Rodada Doha, o que consolidou a multipolaridade.

Esse processo de multipolaridade alimenta e reflete o desenvolvimento emergente de uma economia global de alimentos reorganizada, mediada por redes de suprimento compostas por diversas articulações de acordos corporativos e financeiros, entre e dentro dos Estados. Esses processos configuram um mundo “multiplexo”, como afirmado por Acharya (2017, p. 11), em que a natureza da interdependência econômica se torna mais densa, englobando comércio, finanças e redes globais de produção e cadeias de suprimento, posto que a multipolaridade é principalmente baseada no comércio.

A reconfiguração da territorialidade no regime alimentar traz uma nova configuração, que Ong (2006) descreve como a “exceção neoliberal”. Esse dinamismo ocorre em contextos de mudança, nos quais cálculos baseados no mercado são aplicados na gestão de populações e administração de espaços especiais, materializando a “territorialidade do capitalismo global”. Essa integração parcial dos territórios nacionais nos circuitos globais de recursos e valores do regime alimentar, demonstra a adaptação dos Estados à normativa do mercado e reflete o “paradoxo da soberania”, como coloca Rosenberg (2001, p. 131), em que, apesar da soberania formal, os Estados se veem sujeitos à configuração financeira do mercado global, às restrições competitivas e à necessidade de mobilidade do capital.

Os acordos financeiros corporativos, exemplificados pelos investimentos chineses, são um reflexo dessa nova configuração de mercado. Por exemplo, a Citic, empresa estatal financeira da China, estabeleceu uma joint venture com a Itochu do Japão e com a Charoen Pokphand da Tailândia, enquanto a Cofco, maior processadora e comerciante de alimentos do país, adquiriu participações majoritárias na Nidera (Países Baixos) e na Noble (Singapura), grandes comerciantes de grãos e oleaginosas da América Latina. A Noble também tem uma atuação importante no comércio de óleo de palma da Indonésia (Grain, 2015a). Além disso, a KKR, empresa de capital privado dos EUA, tem participação no projeto de megafazendas de porcos da Cofco e na China Modern Dairy, uma das maiores produtoras de leite do país. Essas aquisições e parcerias reforçam a ideia de que as finanças e as empresas já não estão mais centradas exclusivamente no Estado dentro do regime de mercado multiplex emergente e consolidado.

QUADRO INTERNO DA ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CHINA

A participação da China no regime alimentar deriva de três processos combinados: (1) mudanças na política interna em relação à reestruturação do seu setor agrícola; (2) o fortalecimento do agronegócio nacional (“empresas líderes em dragões”); e (3) uma estratégia de “saída” para garantir suprimentos alimentares no exterior (e estabelecer uma presença estratégica em infraestruturas ao longo de rotas comerciais específicas e em certos países e regiões). Em primeiro lugar, no entanto, a política interna e os desenvolvimentos são impulsores críticos da dimensão agroalimentar da “saída”.

É notável que a China possui o maior sistema agrícola do mundo com a maior produção, e mais de 200 milhões de pequenas fazendas: “com apenas 10 por cento de toda a terra cultivável do mundo, esses pequenos produtores geram 20 por cento do total de alimentos do mundo” (Van Der Ploeg; Ye 2016, p. 1). Impressionantemente, em contraste com o alarme de Lester Brown em 1994, a China alimenta-se sozinha, tendo adotado uma política de autosuficiência em grãos nas últimas décadas.

Entre 1978 e 2009 a produção agrícola aumentou a uma taxa média anual de 4,5% com a produção de grãos a 2,4% em comparação com o crescimento populacional de 1,07% (Li *et al.*, 2013, p. 31). Essa expansão foi iniciada com o “Sistema de Responsabilidade Familiar”, incentivando os agricultores, seguido, na metade dos anos 1980, por reformas de mercado que permitiram excedentes de grãos sobre o sistema de cotas estatais de requisição e o desenvolvimento industrial rural por meio da intensificação das Empresas Rurais de Vilas e Aldeias (TVEs) na década de 1990, com a estabilização dos contratos de terras, e no século 21 com a flexibilização do mercado de grãos e subsídios que incentivam a intensificação do trabalho agrícola. Em resumo, “o modelo estatal, impulsionado pelo mercado e baseado nos agricultores, tem sido o elemento central no sucesso da agricultura chinesa” (Li *et al.*, 2013, p. 33-34).

Um resultado-chave foi a redução da população chinesa subnutrida de 23,9% em 1990 para 9,3% em 2015, mesmo quando os níveis de renda per capita “aumentaram em dois mil por cento durante o mesmo período”, seguindo um consumo nacional de grãos que dobrou de 1972 a 2016 (CSIS, 2017). A estabilização da relação produção-consumo de grãos em torno de 1,0, desde meados da década de 2000, reflete subsídios agrícolas do governo de US \$ 165 bilhões, em comparação com os próximos subsídios agrícolas estatais mais altos, no Japão de US \$ 65 bilhões e nos EUA de US \$ 30 bilhões (CSIS, 2017). Isso contribuiu para uma série de auge em

cultivos como cana-de-açúcar, bananas e árvores frutíferas (Borras *et al.*, 2018; Yunan, 2018), além de cultivos de vegetais, como repolho, aipo, ervilhas, feijões, alface, alho-poró e cebolas, cada vez mais produzidos como cultivos em estufa na proximidade urbana.

Ao contrário do modelo ocidental, tais auges em cultivos estão ancorados em uma multiplicidade de pequenas fazendas, arrendadas a empresas agrícolas ou autoproduzidas. Os sistemas de fazendas em pequena escala refletem a especificidade da cultura camponesa na China, onde a terra significa autonomia social-produtiva e a agricultura intensiva em mão de obra é a pedra angular dessa cultura, em contraste com a intensificação tecnológica ocidental (Arrighi, 1994; Van Der Ploeg; Ye, 2016). A região sudeste da China (Guangxi, Guandong e Hainan) é o centro do auge da cana-de-açúcar, estimulado pela política do governo central para a segurança nacional do açúcar, os subsídios estatais e do condado locais, o gerenciamento de suprimentos para moagem e o investimento em infraestrutura (Yunan, 2018, p. 6-7). A gestão de cima para baixo para incentivar mudanças no uso da terra para esses cultivos estratégicos não necessariamente requer mudanças no acesso à terra, mesmo quando as empresas agrupam suas operações no âmbito do condado por intermédio de uma multidão de microlotes (Borras *et al.*, 2018, p. 143-147).

O agrupamento pode ser baseado na agricultura por contrato ou simplesmente em terras arrendadas, na medida em que muitos chefes de família masculinos se unem aos padrões de migração circular, conectando o urbano ao rural para trabalhar por salários e apoiar suas famílias. O resultante “deterioro sociocultural”, todavia, com mulheres e idosos “abandonados” realizando o trabalho agrícola e a criação de filhos, ameaça a estabilidade familiar e o compromisso intergeracional com a agricultura a longo prazo (Van Der Ploeg; Ye, 2016, p. 4).

Nas crescentes áreas urbanas o consumo de produtos cárneos e lácteos à base de grãos está aumentando significativamente. A China desempenha um papel crucial nesse mercado, representando 65% das importações mundiais de soja e consumindo metade da carne suína do mundo. Para atender à crescente demanda por carne suína, o governo chinês reclassificou a soja como uma cultura industrial no início da década de 1990. Isso liberou 40% das terras aráveis da China para o cultivo de grãos alimentares de maior rendimento. Como resultado, as importações de soja aumentaram de 0,3 milhões de toneladas em 1995 para 95 milhões de toneladas em 2017. Além disso, a China é o maior produtor mundial de produtos pesqueiros e lidera tanto na captura aquática quanto na produção aquícola. Segundo a FAO, em 2016 a China foi responsável por mais de 60% dos produtos aquícolas mundiais.

A intensificação da agricultura, no entanto, tem provocado preocupações ambientais a longo prazo. A degradação ecológica tem se intensificado devido aos esforços da China para garantir a segurança alimentar. Os governos locais, pressionados politicamente para aumentar a produção nacional, expandiram o cultivo para terras marginais e próximas a indústrias, agravando os problemas ambientais.

Na Planície do Norte da China, uma região crucial para a produção de trigo e milho, o nível freático está diminuindo rapidamente, com algumas áreas experimentando quedas de mais de 3 metros por ano. Ao mesmo tempo, os recursos hídricos estão sendo desviados para usos urbanos e industriais, reduzindo a disponibilidade de terras agrícolas. Com um fornecimento de água *per capita* que representa apenas 25% da média mundial, e sistemas de irrigação ineficientes com uma eficiência de 30-40%, esses desafios destacam o alto custo ambiental de manter

a segurança alimentar por meio de uma agricultura intensificada. O percentual é relativamente baixo em comparação com os 70-80% observados nos países do Norte (Cui; Shoemaker, 2018). Além disso, milhões de toneladas de cultivos foram afetadas pela poluição industrial, e aproximadamente um sexto das terras na China está “afetada pela contaminação do solo devido ao escoamento tóxico” (CSIS, 2017).

A estratégia de “sair para o exterior” combina considerações de autossuficiência alimentar doméstica, inicialmente influenciada pelo aumento na demanda de alimentos para a “carnificação” (Schneider, 2014a), com a autossuficiência internacional em termos da capacidade de explorar possibilidades no sistema alimentar global e competir com a agroindústria estrangeira. Este plano surge de uma política interna, na qual uma parceria entre o Estado chinês e as elites privadas tem envolvido a subsídio estatal da agroindústria para “obter produtos primários dos produtores rurais por meio da agricultura contratada”, difundindo tecnologias e oportunidades de mercado para as famílias agrícolas por meio de métodos de integração vertical (Schneider, 2017).

Esta estratégia agora complementa-se com o envolvimento internacional das empresas líderes, apoiadas pelo Estado, para completar um modelo de desenvolvimento guiado pelo Estado no século 21. Desde a adesão da China à OMC em 1995, o objetivo de uma autossuficiência razoável em produtos básicos tem sido ajustado, mantendo-se em 95% para arroz e trigo e 80% para soja.

A liberalização da importação de soja, antecipando a adesão à OMC em 2001, respondeu à crescente demanda interna por carne de porco industrial e aproveitou o custo relativamente baixo da produção de soja no Brasil. Isso levou o governo a ajustar os preços relativos da soja e do milho, resultando em uma significativa redução da área de cultivo de soja na tradicional província sojifera de Heilongjiang. Entre 2008 e 2013 a área total de cultivo de soja diminuiu 24%, resultando em uma crise na indústria doméstica de soja. Essa crise foi transformada em oportunidade por corporações globais como ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, que refinanciaram e controlaram 70% da capacidade de processamento de soja na China (Yan; Chen; Ku, 2016a).

Desde então as empresas estatais chinesas entraram na indústria de processamento de soja: atualmente, Brasil, Argentina e China produzem 54% e processam 61% de toda a soja mundial (Schneider, 2017). A mudança para a dependência de importações de soja tem sido acompanhada por transformações socioespaciais combinadas nas relações agrárias chinesas.

Com o aprofundamento das relações urbanas e industriais, concentradas nas regiões costeiras, o cinturão de grãos deslocou-se para o interior. Os camponeses das regiões costeiras registraram essa transformação geral, mudando de cultivo de grãos de baixo valor para o cultivo de vegetais de estufa, frutas e produtos animais de maior valor para os mercados urbanos (Yan; Chen; Ku, 2016a).

Uma “solução espacial” doméstica em grande escala envolveu a expansão de grandes extensões de terra no interior, com apoio tecnológico em irrigação, novas sementes e insumos agrícolas, e novas formas de cultivo, respaldadas financeira e politicamente pelo Estado, dadas as metas de autossuficiência em grãos do governo (Yan; Chen; Ku, 2016a). Esta expansão territorial gera suas próprias tensões, uma vez que as regiões interiores e do norte têm ecossistemas mais vulneráveis, e isso, junto com o descontentamento local, impulsiona a estratégia de

“sair para o exterior” (Yan; Chen; Ku, 2016a). A consolidação de terras para apoiar cadeias de suprimento integradas verticalmente lideradas por empresas, tem sido registrada como parte dessa expansão interna.

Em 2015 o governo chinês promoveu um ajuste no setor agrícola, substituindo a compra pública pelo abastecimento corporativo. O estado facilita a substituição da agricultura camponesa pela agroindústria ao estabelecer transferências de terras camponesas como “direitos de uso da terra”, por meio de uma “fidelização de circulação de terras”, na qual as empresas adquirem arrendamentos de terras camponesas para promover a agricultura em larga escala. Até 2015 25 milhões de hectares de terras cultiváveis foram transferidos, representando mais de 25% das terras agrícolas.

A empresa financeira Citic opera fideicomissos de circulação de terras em parceria com a corporação alemã de sementes e pesticidas Bayer CropSciences, integrando os produtos da Bayer nas propriedades agrícolas consolidadas que gerenciam (Grain, 2015b). A Citic e a Bayer uniram-se na aquisição de fideicomissos de terras com o maior comerciante de grãos da China – Cofco –, a empresa americana de sementes Pioneer e o maior comerciante de comércio eletrônico da China – Alibaba –, que transportará laranjas sanguíneas sicilianas para a China para distribuição, de acordo com o recente memorando de entendimento da BRI entre China e Itália (Sala, 2019).

Esses desenvolvimentos destacam o envolvimento combinado de entidades financeiras e corporativas chinesas na reorientação interna da agricultura chinesa longe da agricultura camponesa, e na expansão externa associada à estratégia “sair para o exterior” da BRI. A Citic, por exemplo, tem investimentos significativos em terras angolanas e plantações de óleo de palma na Tailândia (Grain, 2015b).

Existem paralelos distantes, é claro, com a decisão política britânica de terceirizar a agricultura para o Novo Mundo, por meio da revogação das Leis do Milho (1846). A diferença é que a última política foi impulsionada por uma aliança entre fabricantes que desejavam custos mais baixos (de alimentos) e produtores de gado que desejavam grãos de ração mais baratos (Winders, 2009), enquanto o estado chinês, em tempos posteriores, está buscando uma política de segurança alimentar por meio de “fronteiras” internas e externas operadas por empresas agroindustriais e financeiras com o apoio de fundos soberanos.

Ambas as regiões representam a possibilidade de rotas comerciais alternativas da América do Norte e do Sul por intermédio do Canal do Panamá e do Estreito de Malaca, garantindo uma certa independência para as importações de alimentos da China (Zhang, 2019). Além disso, dada a onerosa troca na China de arroz do norte para consumidores do sul, e trigo, soja e milho importados desembarcados em portos do sul para transporte a consumidores do norte, Zhang observa que as importações de arroz do Sudeste Asiático, e de outros grãos da Rússia, Europa Oriental e Ásia Central mediante a infraestrutura da BRI, “economizam tempo e custos” (Zhang, 2019).

Em 2018 foi relatado que a JBA Holdings, incluindo a Heilongjiang Agriculture Co. e o Grupo Joyvio em uma joint venture, “investirá US \$100 milhões ao longo de três anos para construir uma esmagadora de soja e um porto de grãos na Rússia em meio a um impulso das empresas chinesas para diversificar suas fontes de suprimentos de culturas”, além de planos para arrendar 100.000 hectares de terras agrícolas no leste da Rússia para cultivar trigo, milho

e soja para a China, facilitados por um novo porto no nordeste “para criar rotas de transporte marítimo para grãos colhidos na Rússia por empresas chinesas” (Bloomberg, 2018).

Além disso, enquanto a soja continua fluindo da região do Cone Sul, a África permanece como a região para assistência agrícola da China. A lógica aqui é que, se ou quando a produção agrícola africana para consumo doméstico for intensificada, a pressão sobre os suprimentos globais de alimentos diminui, constituindo assim “a defesa contra a insegurança alimentar da China”, especialmente na medida em que a China é capaz de orquestrar um conjunto de relações de abastecimento de alimentos para otimizar a independência de importação (Bloomberg, 2018; Scoones *et al.*, 2016).

Desde 2013 a China iniciou a reconstrução da antiga Rota da Seda por meio da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), investindo em infraestrutura no sudeste asiático, Ásia Central e Ocidental para se conectar com a Europa e a África. Estes investimentos abrangem 90 projetos de “cooperação para o desenvolvimento” em 60 países, com um custo de \$ 890 bilhões, em comparação com os \$ 130 bilhões do Plano Marshall do pós-Guerra Mundial ajustados à inflação atual. Ao contrário dos investimentos em liquidez dos bancos centrais nos EUA e na União Europeia (eu), o estímulo financeiro da China é direcionado para a economia real, concentrando-se em infraestrutura, ativos produtivos e urbanização (Pieterse, 2018, p. 127).

Este enfoque material contrasta com as estratégias de liquidez utilizadas em outros lugares, e levanta a possibilidade de a China alcançar o que os EUA não conseguiram no Afeganistão e no Iraque, utilizando ferrovias, estradas, portos, oleodutos, comércio e assistência em vez de geopolítica, intervenção militar e mudança de regime (Pieterse, 2018, p. 128).

O impacto e os resultados desta forma de “cooperação para o desenvolvimento” do século 21, no entanto, são objeto de debate. O mundo está experimentando um aumento do autoritarismo político para lidar com as profundas consequências sociais e ecológicas do domínio do mercado, das instabilidades financeiras e das expressões associadas de nativismo e polêmicas racistas de “substituição”. Questiona-se se o modelo de “capitalismo de estado” da China se tornar-se-á dominante na política-economia internacional e se seu sistema de pequenas explorações agrícolas será suficientemente vibrante e flexível para apoiar formas de agricultura agroecológica baseadas em uma agricultura de baixa tecnologia, regenerativa e biodiversa.

A singularidade do “neoliberalismo estatal” da China reside na combinação entre sua inserção na economia global capitalista (“saída”) e seu esforço para “fortalecer a sobrevivência do estado comunista por meio de intervenções de longo prazo na economia doméstica” (So; Chu, 2016, p. 111). Isso inclui a priorização de investimentos estrangeiros para expandir os mercados das empresas chinesas, obter acesso à tecnologia e garantir recursos para o crescimento interno da China por meio do recém-criado Banco de Desenvolvimento Chinês (So; Chu, 2016, p. 196). Paralelamente, a China colabora com outras nações do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e South Africa (África do Sul)) na fundação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), visando a contrabalançar a influência do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), embora o NDB permaneça uma entidade denominada em dólar (Bond, 2017).

Ao mesmo tempo, a China está promovendo um novo “Consenso de Pequim”, baseado em uma ética estratégica de pragmatismo e “benefício mútuo”, como uma alternativa ao projeto de “globalização” liderado pelos EUA e caracterizado por volatilidade, especialmente

para países que rejeitam os planos de austeridade do Consenso de Washington (So; Chu, 2016, p. 211).

Embora as afirmações e promessas de um Consenso de Pequim encontrem ressonância em uma ordem mundial em transição, à medida que o “projeto de globalização” se desenrola, a China está internalizando as contradições do capitalismo global, o que pode limitar suas iniciativas internacionais e domésticas em direção a uma nova ordem global (Dirlik, 2017, p. 395; Hung, 2016). A China apoia as instituições da ordem internacional, como a ONU, o FMI e a OMC, de forma condicional, enquanto busca desempenhar um papel mais significativo na governança global – indicando está superando a ordem que a impulsionou ao crescimento (Heath, 2014).

Para que a China se torne uma potência global, será necessário reformular substancialmente os termos de seu engajamento com a economia global, considerando que os EUA operam com um “Tianxia americano” (todos sob o céu) – um sistema mundial ancorado não apenas no estado americano, mas em um processo que fragmentou com sucesso o mundo em indivíduos (Babones, 2018, p. 67), gerando uma subjetividade de “domínio do mercado”. Embora o individualismo continue a ser um pilar ideológico central na economia política mundial, sua viabilidade é questionada diante de um futuro incerto, especialmente em meio a movimentos populistas e polarização de classes em muitos estados.

CONCLUSÕES

Como mencionado, é prematuro definir com precisão a trajetória futura do regime alimentar. A participação atual da China oferece, no entanto, uma perspectiva sobre os processos de transição, levando em consideração a dinâmica combinada de relações conjunturais, sem pressupor que a China se tornará necessariamente uma nova hegemonia.

É interessante notar que o “momento” chinês ocorre em um período de declínio do liberalismo político, diferentemente dos momentos em que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos estabeleceram sua hegemonia internacional, com o liberalismo emergindo como a ideologia predominante, e ambos os países reivindicando representar a “via alta” liberal no sistema estatal em cada conjuntura hegemônica (cf. Arrighi, 1994). Em um contexto de crescente exposição dos aspectos negativos do liberalismo, as práticas offshore chinesas apresentam algumas semelhanças com o neocolonialismo ocidental, mesmo quando a China se posiciona como defensora da cooperação Sul-Sul.

No que diz respeito à reconfiguração do regime alimentar, é possível identificar os contornos da dinâmica relacional proposta. Por exemplo, as relações residuais poderiam se concentrar na otimização da participação chinesa no regime comercial liberal da OMC, por meio de investimentos em operações agroalimentares offshore para abastecer um complexo de importação de alimentos em expansão – efetivamente transformando para sua vantagem as relações de agroexportação que são centrais para o regime alimentar corporativo (anos 1980-atual), e assim reconfigurando sua importância.

As relações dominantes são evidentes em relacionamentos “multiplex” que formam territorialidades alternativas do regime alimentar – governadas por empresas e Estados dentro dos parâmetros de domínio de mercado iliberal, combinando lucro e “espaços especiais administrados”, e receita e legitimidade, respectivamente. Essa estruturação transfronteiriça

de fluxos de valor, internos às redes corporativas e estatais de produção e circulação global, é mediada pelos Estados em interesse da posição competitiva de mercado (e suas classes político-financeiras).

Essa territorialidade definidora não diz respeito apenas aos alimentos. Como mencionado anteriormente, novas fronteiras de valor estão surgindo, baseadas em uma “acumulação conversiva” financeirizada por meio de monoculturas de insumos produzidos industrialmente para substâncias “alimentícias” e/ou bioeconômicas. Esses sistemas são nutridos por formas de governança como soberania alimentar e agrária (cf. Andrée *et al.*, 2014; Borras *et al.*, 2011; Trauger, 2014), soberania ecológica (Ali, 2019) e soberania indígena (Grey; Patel, 2015).

Argumentavelmente, ultrapassar a tecnopolítica e a ordenação geopolítica do regime alimentar corporativo são possibilidades imanentes em um mundo centrado na China. Neste momento, porém, são apenas possibilidades na ausência de uma política socioecológica contrária sustentada. Aqui a reformulação/inversão da China na relação “público-privada” tem o potencial de modelar a adoção de estabilização ambiental centrada no Estado (em oposição à padronização transnacional) e planejamento de mitigação/adaptação climática – já prefigurados nas crescentes propostas do Green New Deal.

Emergências intensificadas de biodiversidade e clima prenunciam o declínio da agrimono-cultura de alto insumo como tal, com suas estratégias destrutivas de comodificação “inovadora” de processos biofísicos. Tais intervenções para cobrir seus rastros frequentemente arruinados encarnam uma tecnopolítica autorreferencial, com soluções inerentes em como os problemas são percebidos. Elas têm um futuro limitado, dada sua dramática mineração de bases naturais, contribuição para emissões de gases de efeito estufa e a contínua despossessão de populações rurais em economias com escassez de empregos.

“Agricultura sem agricultores” tem sido a principal contradição socioecológica global do regime alimentar corporativo. A digitalização e robotização, e até mesmo tecnologias de impulso genético, intensificam essa contradição, prefigurando “agricultura sem seres humanos”. Enquanto isso, a agroecologia está ganhando terreno e/ou legitimidade em organizações internacionais, como a FAO, o IFAD e o Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS), que passaram a reconhecer a agroecologia como base estratégica para sistemas alimentares sustentáveis (Escher; Schneider; Ye, 2018).

A análise desses cenários aponta para possíveis transições nos regimes alimentares a longo prazo, com o exemplo da China talvez desempenhando um papel significativo, especialmente diante do agravamento da degradação dos ecossistemas. Essas perspectivas incluem a revitalização setorial das economias agrícolas domésticas, orientadas para práticas orgânicas ou regenerativas, seja por meio de governanças autoritárias ou de uma “curadoria internacional” (como uma evolução benigna da multipolaridade).

À medida que cresce o reconhecimento da lógica dos sistemas agrícolas baseados em ecologia como fundamento da segurança alimentar doméstica, da estabilidade populacional e da saúde do sistema alimentar, há uma certa correspondência com o que Van Der Ploeg e Ye (2016) chamam de “paradigma agrícola chinês” – um ponto cego epistêmico do ponto de vista ocidental.

Para abordar esse tipo de paradigma – diversidade agrícola em termos de paisagem, cultura e alimentos, onde a agricultura multifuncional serve a cozinhas, propósitos ambientais

e de emprego, com algum autogerenciamento por parte dos agricultores e suas comunidades – é necessária uma mobilização contra-hegemônica para conectar produtores rurais e consumidores urbanos em alianças multiescalares que contestem a regulação de mercado baseada em classes no sistema alimentar, expressa nas “consequências negativas da mercantilização da produção, distribuição e troca de alimentos às custas dos meios de subsistência, da saúde e do meio ambiente” (Escher; Schneider; Ye, 2018, p. 107).

Esses cenários imaginam uma potencial reorganização das agriculturas em todo o mundo em um futuro desafiado pelo clima. As incertezas ecológicas são certamente mais previsíveis do que as dinâmicas atuais de poder geopolítico/econômico em um mundo “sem uma ordem global singular, liberal ou não” (Acharya, 2017, p. 12). A afirmação de Acharya (2017) de que “a nova globalização provavelmente será mais econômica e menos política ou ideológica (especialmente em comparação com a promoção da democracia e dos direitos humanos pelo Ocidente)” (p. 14) está alinhada com a ideia de que um “liberalismo” hegemônico pós-ocidental hoje está satisfeito em priorizar os mercados. Isso não necessariamente é favorável à agroecologia, mesmo que o mundo agrícola/empresarial agora reconheça a “sustentabilidade” ameaçada pela degradação do ecossistema, assim como os consumidores (se não os governos).

Politicamente, no entanto, como incubadora de direitos econômicos por meio de relações financeiras e comerciais interligadas, a “multipolaridade” opera como um denominador comum. O dinamismo do sistema estatal do Leste Asiático, todavia, antecede o do Ocidente, e mesmo que o primeiro tenha sido eventualmente subordinado ao último nos últimos dois séculos, essa incorporação envolveu uma transformação recíproca do sistema ocidental, resultando em “uma formação híbrida que tem proporcionado um ambiente particularmente favorável para o renascimento econômico do Leste Asiático” (Arrighi, 1994, p. 313). Isso reafirma a afirmação de Acharya (2017), de que “apenas uma pluralidade de estados atuando em conjunto uns com os outros tem alguma chance de desenvolver uma nova ordem mundial” (Arrighi; Ahmad; Shih, 1999, p. 269).

No que diz respeito ao renascimento da China, ainda há confusão em relação ao aparente pragmatismo chinês. Por exemplo, no Fórum Econômico Mundial de 2017 a China foi chamada de “campeã atual da globalização econômica” (citado em Zeng, 2019, p. 578), e ainda assim o debate doméstico chinês sobre sua grande estratégia permanece sem solução, como observado: “Percepções mistas sobre o poder da China permitem que a diplomacia chinesa às vezes atue como uma grande potência ou como um país em desenvolvimento, então a China reluta em assumir os custos de liderança em algumas agendas, não obstante sua proatividade na agenda econômica” (Trindade D’Ávila Magalhaes, 2018, p. 1.742). Na medida em que os BRICS, incluindo a China, ganharam destaque sob os auspícios da hegemonia americana e ainda dependem de seus aspectos, “alguns observadores americanos acreditam que a ordem liberal criada sob a hegemonia americana perdurará” (Beeson; Zeng, 2018, p. 1965).

A China, no entanto, não é apenas mais um BRIC. Ela utiliza o AIIB para desenvolver apoio para a BRI, “ênfatizando projetos de infraestrutura de crédito [como] arquiteta da ordem econômica global sem minar, mas reforçando e ajustando alguns aspectos da globalização econômica” (Trindade D’Ávila Magalhaes, 2018, p. 1.741). Um desses ajustes é, é claro, a capacidade da China de oferecer alternativas de investimento e comércio aos estados em relação às parcerias dos EUA e da Europa, e também, empréstimos financeiros. Mesmo assim,

permanece, pelo menos agora, uma simbiose crítica entre a China e os EUA, embutida na dependência da China da ordem neoliberal global centrada nos EUA.

Como reflexão final, é possível que essa incerteza represente uma fusão das dimensões de curto e longo prazos do atual pragmatismo da China, mesmo quando os jogos se combinam temporal e espacialmente. Ainda é cedo para dizer de que forma a ordem internacional pode se resolver, dada as incertezas dos EUA, possíveis enfraquecimentos da UE e fortalecimento russo no Ocidente, enquanto o poder político-econômico chinês se consolida. Uma imprevisibilidade semelhante aplica-se ao resultado da transição nos regimes alimentares, dada a incerteza das relações entre estados, os futuros da agricultura de alta tecnologia e as possibilidades de uma transição ampla para métodos de provisão de alimentos restauradores e resilientes.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. *The End of American World Order*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- ALI, S. H. *Treasures of the Earth: Need, Greed, and a Sustainable Future*. New Haven: Yale University Press, 2017.
- ARRIGHI, Giovanni; AHMAD, Irfan; SHIH, Chih-Ming. China and the Global Economy: National Champions, *Global Power. Review (Fernand Braudel Center)*, v. 22, n. 3, p. 327–358, 1999.
- ARRIGHI, G. *The long twentieth century: money, power, and the origins of our times*. New York: Verso, 1994.
- BABONES, Salvatore. *The New Authoritarianism: Trump, Populism, and the Tyranny of Experts*. Cambridge: Polity Press, 2018.
- BELESKY, Paul; LAWRENCE, Geoffrey. China's place in the global food system: A rising power in the global South. *Journal of Rural Studies*, v. 61, p. 13-27, 2018.
- BLOOMBERG. *Agriculture's role in the new economy*. [S. l.]: Bloomberg, 2018.
- BOND, P. *BRICS: An anti-capitalist critique*. Chicago: Haymarket Books, 2017.
- BORRAS, Saturnino M.; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben; WOLFORD, Wendy. Towards a Better Understanding of Global Land Grabbing: An Editorial Introduction. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 2, p. 209–216, 2011.
- BORRAS, S. M. *et al.* The challenge of land grabbing and its implications for social movements. *Journal of Agrarian Change*, v. 18, n. 2, p. 305-324, 2018.
- BORRAS, Saturnino M. *et al.* Land grabbing in Latin America and the Caribbean viewed from broader international perspectives. *Globalizations*, v. 9, n. 1, p. 17-34, 2012.
- BRANFORD, Sue. China's Soybean Succession. Latin America Bureau. 2018. Disponível em: <https://lab.org.uk/chinas-soybean-succession>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- CSIS. Center for Strategic and International Studies. *Land-based investments in Africa: a look at the data*. Washington, DC: CSIS, 2017.
- CLAPP, Jennifer. Food Security and International Trade. In: CLAPP, Jennifer; FUCHS, Doris. *Corporate power in global agrifood governance*. Cambridge: The MIT Press, 2016. p. 119-136.
- COFCO INTERNATIONAL. *Cofco International strengthens Brazilian soybean exports*. 2019. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- CUI, J.; SHOEMAKER, C. The role of state-owned enterprises in China's land acquisition. *Land Use Policy*, v. 73, p. 207-216, 2018.
- DIRLIK, A. *Global Modernity: Modernity in the Age of Global Capitalism*. Boulder: Paradigm Publishers, 2017.
- ESCHER, F.; SCHNEIDER, M.; YE, J. The Politics and Ethics of Food Sovereignty: Globalization, Peasants, and the New Green Transitions. *Globalizations*, v. 15, n. 4, p. 590–607, 2018.
- ETC GROUP. *Plate tech-tonics: mapping corporate power in big food*. Winnipeg: ETC Group, 2018. Disponível em: <https://www.etcgroup.org/content/plate-tech-tonics>. Acesso em: 19 set. 2023.

- FRIEDMANN, Harriet. Changes in the International Division of Labour: Agri-Food Complexes and Export Agriculture. *The International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, v. 1, n. 1, p. 12-38, 1991.
- FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.
- GRAIN. *Foreign investment in agriculture in Eastern Europe and Central Asia: a threat or opportunity?* Barcelona: Grain, 2015a. Disponível em: <https://www.grain.org>. Acesso em: 19 set. 2024.
- GRAIN. *Seized: the 2008 land grab for food and financial security*. [S. l.]: GRAIN, 2015b.
- GREY, S.; PATEL, R. Food sovereignty as decolonization: Some contributions from Indigenous movements to food system and development politics. *Agriculture and Human Values*, v. 32, n. 3, p. 431-444, 2015.
- GRIMSDITCH, Mark. Cofco: China's agricultural go-global strategy. Inclusive Development International, 2017.
- GUTTAL, Shalmali. Structural Adjustment and the GATT/WTO: Agriculture and Rural Livelihoods in Southeast Asia. In: MCMICHAEL, Philip (ed.). *Development and Social Change: a global perspective*. 6th ed. Thousand Oaks: Sage, 2018. p. 103-130.
- HALPERIN, Sandra. *Re-Envisioning Global Development: A Horizontal Perspective*. London: Routledge, 2013.
- HEATH, Timothy R. *China's New Governing Party Paradigm: Political Renewal and the Pursuit of National Rejuvenation*. Farnham: Ashgate/Routledge, 2014.
- HOPEWELL, Kristen. Breaking the WTO: How Emerging Powers Disrupted the Neoliberal Project. *Global Trade*, v. 11, n. 2, p. 180-203, 2016.
- HUNG, Ho-Fung. *The China Boom: Why China Will Not Rule the World*. New York: Columbia University Press, 2016.
- IAASTD. *International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development (IAASTD): Global Report*. Washington, DC: Island Press, 2008. Disponível em: <https://www.globalagriculture.org/report-topics/about-iaastd.html>. Acesso em: 5 nov. 2023.
- LA VIA CAMPESINA. *Declaración de la soberanía alimentaria*. Cúpula Mundial de la Alimentación, Roma, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/declaration-of-food-sovereignty/>. Acesso em: 9 jan. 2022.
- LEGUÍZAMON, Amalia. Displacement and deforestation: Argentine Soybean. *Journal of Agrarian Change*, v. 16, n. 3, p. 572-580, 2016.
- LI, X. *et al.* Global land grabbing: is it the new scramble for Africa? *Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 3, p. 426-454, 2013.
- McMICHAEL, Philip. *Food Regimes and Agrarian Questions*. Halifax: Fernwood Publishing, 2013a.
- McMICHAEL, Philip. Historicizing food regimes. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.
- McMICHAEL, Philip. The land grab and corporate food regime restructuring. *Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 3, p. 682-701, 2013b.
- NESBIT, Jeff. Can a giant canal across South America save the rainforest? *Time*, 2018. Disponível em: <https://time.com/canal-amazon-rainforest/>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- OLIVEIRA, Gustavo de L. T.; HECHT, Susanna. Soy, Globalization, and Environmental Politics in South America. *Oxford Research Encyclopedia of Environmental Science*, 2016. Disponível em: <https://oxfordre.com>. Acesso em: 25 jun. 2024.
- ONG, Aihwa. *Neoliberalism as Exception: Mutations in Citizenship and Sovereignty*. Durham: Duke University Press, 2006.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Millennium Ecosystem Assessment*. Washington, DC: Island Press, 2005. Disponível em: <https://www.millenniumassessment.org/en/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- PEINE, Emelie K. The globalization of farmland: New landholders and the "rule of the market". *Sociologia Ruralis*, v. 50, n. 3, p. 276-294, 2010.
- PIETERSE, J. N. The meaning of development: perspectives on the global South. *Third World Quarterly*, v. 39, n. 5, p. 909-926, 2018.
- PRITCHARD, Bill; SINGH, Shantanu; YEUNG, Henry. Feeding India: The Spatial Politics of Food Safety and Sovereignty in the New Global Context. *Geographical Research*, v. 54, n. 1, p. 80-94, 2016.

- ROSENBERG, Justin. *The Follies of Globalisation Theory*. London: Verso, 2001.
- SALA, S. The politics of food security and land grabbing in the global south. *Food Policy*, v. 84, p. 101-109, 2019.
- SCHNEIDER, M. Land grabbing and food sovereignty: the case of Brazil. *Land*, v. 6, n. 4, p. 107, 2017.
- SCHNEIDER, M. The politics of land grabbing in the context of global capitalism. *Geoforum*, v. 54, p. 1-11, 2014a.
- SCHNEIDER, M. We are hungry! A summary report of food riots, government responses, and states of democracy in 2008. *Development*, v. 57, p. 58-66, 2014b.
- SCOONES, I. *et al.* The politics of land governance in Africa: a political economy perspective. *World Development*, v. 86, p. 111-122, 2016.
- SO, A. Y.; CHU, Y. W. *The Global Rise of China*. Cambridge: Polity Press, 2016.
- STREECK, Wolfgang. *How will capitalism end?* Verso, 2016.
- TREAGER, Alexander. China and Global Environmental Governance: The Politics of Climate Change and Energy. *Global Environmental Politics*, v. 14, n. 3, p. 87-105, 2014.
- TRINDADE D'ÁVILA MAGALHÃES, V. The Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) and China's Belt and Road Initiative: Global Power and Governance Transformation. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 61, n. 2, e006, 2018.
- VAN DER PLOEG, J.; YE, J. Agricultural production and social dynamics: how to balance environmental protection and economic growth. *Journal of Rural Studies*, v. 46, p. 168-178, 2016.
- WEIS, Tony. *The global food economy: The battle for the future of farming*. Zed Books, 2010.
- WILLETT, W. *et al.* Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. *The Lancet*, v. 393, n. 10170, p. 447-492, 2019. Disponível em: <https://www.thelancet.com/commissions/EAT>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- WINDERS, Bill. *The Political Economy of Agricultural Policy in the United States*. New York: Routledge, 2017.
- WINDERS, J. The rise of agrarian capitalism in Latin America: the case of Brazil. *Latin American Politics and Society*, v. 51, n. 1, p. 1-26, 2009.
- YAN, H.; CHEN, J.; KU, S. China's land governance and its implications for food security. *Land Use Policy*, v. 57, p. 419-429, 2016a.
- YAN, Hairong; CHEN, Yiyuan; KU, Tianyang. Chinese Agribusiness Investment in South America: The Case of Soybean. *Journal of Agrarian Change*, v. 16, n. 3, p. 381-400, 2016b.
- YUNAN, X. Rural land reform and social dynamics in China. *China Agricultural Economic Review*, v. 10, n. 3, p. 456-470, 2018.
- ZENG, Jinghan. Slogan Politics: Understanding Chinese Foreign Policy Concepts. *Journal of Chinese Political Science*, v. 24, n. 3, p. 365-382, 2019.
- ZHANG, Fang. Chinese food security and its global impact. *Journal of Rural Studies*, v. 67, p. 41-53, 2019.
- ZHANG, W. Global land grabbing and its implications for the agrarian question. *Agricultural and Human Values*, v. 36, p. 217-229, 2019.

Autor Correspondente

Argemiro Luís Brum

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional – PPGDR

Rua do Comércio, Nº 3000 – Bairro Universitário – CEP 98700-000. Ijuí/RS, Brasil

argelbrum@unijui.edu.br

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

